

Lobão cobra política para habitação popular

“Os juros atuais dificultam a aquisição da casa própria até para a classe média alta, e a tornam impossível para os assalariados”, constata o senador

Simon mostra os desafios na reforma agrária

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defende a indicação do secretário executivo do Ministério da Justiça, José Gregori, para a presidência do Incra. Simon disse que se deve dar continuidade a duas decisões importantes tomadas pelo governo no âmbito da reforma agrária: a cessão de parte das terras das Forças Armadas para assentamento de agricultores e a aprovação de projeto de lei complementar que obriga a Justiça a conceder ao Incra, de imediato, a posse das terras desapropriadas. **Página 4**

NESTA EDIÇÃO

Valmir apóia campanha contra violência

Página 4

Francelino quer telecomunicação regulamentada

A experiência internacional mostra que a regulamentação é o ponto crucial da transição do regime de monopólio para o sistema aberto ao capital privado, diz o senador. **Página 3**



Lobão: indústria imobiliária voltada apenas para os ricos

Baixa vazão transforma o rio São Francisco em lixeira, diz Calheiros

“De sua nascente, em Minas Gerais, até sua foz, em Alagoas, o rio São Francisco está virando uma grande lixeira”, assinalou em discurso o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente da recém-concluída comissão especial que procurou alternativas para o São Francisco.

Para justificar sua afirmação, Calheiros informou que, antes das represas de Sobradinho e de Xingó, a vazão média do rio em seu trecho alagoano era de 650 metros cúbicos por segundo durante as grandes enchentes. Agora, o rio perdeu sua capacidade “de arrastar milhões de toneladas de detritos e areias jogadas em seu leito”, porque a quanti-

dade de água caiu muito.

Por isso, a comissão especial não recomendou a transposição das águas do São Francisco para atender os estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e Paraíba. Preferiu recomendar a reformulação do projeto original de transposição, feito em 1994 e atualmente inadequado.

Ao mesmo tempo, explicou Renan Calheiros, a comissão sugeriu o estudo de alternativas de uso de água pelos estados da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Entre essas alternativas, estão um melhor aproveitamento de outros rios nordestinos e a implantação efetiva do Projeto Semi-Árido.



Calheiros

O Brasil ainda não enfrentou com seriedade um dos seus mais graves problemas, que é o da habitação popular. A constatação foi feita ontem pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), ao reclamar do governo uma política nacional de habitação para as famílias de baixa renda, ressaltando que a indústria imobiliária no momento está voltada somente para os ricos. “Os juros atuais dificultam a aquisição da casa própria até para a classe média alta, e a tornam impossível para os assalariados”, assinalou.

O senador, que responde pela liderança do PFL, informou que, no momento, é de 10 a 12 milhões o déficit habitacional do país, “reforçado por 500 mil novos brasileiros sem-teto a cada ano”. Ele lembrou que, em governos passados, há cerca de 50 anos, o país possuía programas que não vingaram por falta de persistência, citando a criação da Fundação da Casa Popular e de projetos gerenciados por institutos de previdência como o IAPI, para construção e financiamento de imóveis populares.

Edison Lobão explicou que os esforços governamentais pós-criação do BNH (Banco Nacional da Habitação), em 1966, também não resolveram o problema, revelando que a situação, pelo contrário, agravou-se após a extinção dos antigos organismos vinculados ao banco, também extinto posteriormente. Na sua opinião, a instabilidade econômico-financeira vivida nas últimas duas décadas, juntamente com a inflação, foram fatores determinantes para o fracasso das tentativas de implementação de políticas para o setor.

Fim do sigilo bancário para autoridades entra em votação

Proposta faz parte de uma pauta de 30 itens que inclui também a instituição do Prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático

O projeto de lei que exclui do benefício do sigilo bancário as principais autoridades do país é um dos destaques da ordem do dia do Senado, cuja pauta de votação da sessão de hoje está composta por mais de 30 itens. De autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), a proposta acaba com o direito à preservação da privacidade patrimonial de deputados federais, senadores, ministros de Estado, presidente e vice-presidente da República, dirigentes partidários, bem como presidentes e diretores

de entidades da administração direta e indireta.

A instituição do Prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático; o ensino da língua espanhola em escolas dos municípios limítrofes aos países do Mercosul; e a proposta que modifica dispositivo da lei que criou o Plano Nacional de Desestatização estão entre projetos de iniciativa de Pedro Simon constantes da pauta, que contempla ainda o requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) solicitando urgência para tra-

mitação do projeto que dispõe sobre o Plano Nacional de Desestatização.

Também deverão ser apreciados pelo plenário do Senado o projeto de lei do então senador Ney Maranhão (PE) - tramitando em conjunto com igual projeto oriundo da Câmara -, que acrescenta dispositivo ao Código Eleitoral, a fim de permitir a ação rescisória em casos de inelegibilidade; e o projeto de iniciativa do Executivo, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes universitários.

Lobo depõe hoje sobre o Sivam

As comissões do Senado que investigam o caso Sivam ouvirão hoje, a partir das 10h30, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Lélvio Viana Lobo. O trabalho está a cargo das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Fiscalização e Controle, e de Assuntos Econômicos.

Antes, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos aprecia, entre outros itens, modificações no parecer, já aprovado, do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) sobre o projeto de Lei de Patentes. Bezerra acolheu parcialmente oito emendas de plenário.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

- 11h** - Inauguração do Auditório Emílio Falcão e novas instalações do Serviço Médico do CEGRAF.
12h - Recebe o presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu.
12h30 - Recebe representantes do Lloyd Brasileiro.
15h - Recebe a diretoria do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes.
17h30 - Recebe as candidatas a Miss Brasil.

PLENÁRIO

- 14h30** - Sessão Ordinária do Senado
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 90/94 - Complementar, que acrescenta dispositivo ao Código Eleitoral, a fim de permitir a ação rescisória em casos de inelegibilidade, (tramitando em conjunto com o PLC nº 106/95, que versa sobre o mesmo assunto); *PLC nº 89/95, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; *PLS nº 5/95 - Complementar, que acrescenta parágrafo ao art. 38 da Lei nº 4.595/64, para excluir do sigilo bancário as pessoas que menciona; *PLS nº 38/95, que dispõe sobre o ensino da língua espanhola nos estados limítrofes com os países formadores do Mercosul; e *PLS nº 47/95, que institui o Prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático.

COMISSÕES

- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos**
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 230/95 (não terminativo), que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - *factoring*; e *PLC nº 115/93 (não terminativo), que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.
10h - Comissão de Infra-Estrutura
Pauta: Audiência pública com o presidente da RFFSA, Isaac Popouchi, que prestará informações sobre o modelo de desestatização da rede, com ênfase no programa de investimentos a ser incluído nos editais de privatização, especialmente na área de negócios do Centro-Leste. Local:

Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

- 10h30 - Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Fiscalização e Controle (reunião conjunta)**
Pauta: Comparecimento do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Lélvio Viana Lobo. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.
17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.214/95, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional.
Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A SEMANA

PLENÁRIO

- Quarta-feira (13.12.95)**
14h30 Sessão Ordinária do Senado
Pauta: *PLS nº 75/95, que extingue disposições legais que asseguram a prisão especial.
Quinta-feira (14.12.95)
14h30 - Sessão Ordinária do Senado
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Substitutivo do Senado aos PLCs nºs 137/92, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fabricação de tratores e máquinas agrícolas com estrutura de proteção contra capotagem e outros equipamentos de segurança, 28/95, que estabelece teto para o valor das taxas de inscrição em concursos públicos e proíbe sua cobrança para candidatos pobres, e 38/94, que modifica o art. 1.017 do Código de Processo Civil, acrescentando-lhe os parágrafos 5º e 6º, para atribuir ao cônjuge sobrevivente e aos herdeiros necessários o direito de levantamento de importâncias depositadas em nome do falecido.
Sexta-feira (15.12.95)
9h - Sessão Ordinária do Senado.
Pauta: Requerimentos nºs 1.183/95, solicitando a inclusão em Ordem do Dia da PEC nº 20/95, e 1.193/95, solicitando a inclusão do PLC nº 13/91 - Complementar, que dispõe sobre a edição e o processo legislativo das MPs.

Francelino quer regulamentar telecomunicações

A experiência internacional mostra que a regulamentação é o ponto crucial da transição do regime de monopólio para o sistema aberto ao capital privado, diz senador

Comissão tenta votar Orçamento até o dia 22

A proposta orçamentária para 1996 poderá ser votada até o dia 22. É o que espera o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que declarou ontem, em entrevista, estar tentando salvar o prazo, de modo a votar o orçamento ainda este ano, queimando algumas etapas e desfazendo na prática o que vinha acontecendo em anos anteriores.

- Os sub-relatores ainda não entregaram os seus relatórios, mas esperamos tê-los em mãos até a madrugada desta terça e no decorrer da semana vê-los aprovados nas subcomissões. Acontecendo dessa forma, poderemos votar em plenário o orçamento no dia 21 ou 22 -, garantiu.

Esclareceu Calheiros que a Resolução nº 2, que estabeleceu novas regras de funcionamento da Comissão Mista de Orçamento, subdividiu a grande comissão em sete subcomissões, provocando alguns problemas. "Antigamente, o relator-geral indicava os relatores adjuntos e o processo se desenvolvia mais uniformemente. Agora, os líderes partidários indicam os sub-relatores. Isso, somado ao fato de o governo ter enviado ao Congresso 80 mensagens de créditos adicionais nos últimos dias, sobrecarregando os trabalhos da Comissão, tem provocado atrasos", justificou.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) elogiou o recente pacote de medidas do Ministério das Comunicações para abrir o que ele chamou de "filé mignon" das telecomunicações às empresas privadas, mas cobrou em discurso o projeto de lei a ser preparado pelo governo para regulamentar a flexibilização do monopólio estatal do setor. Ele disse esperar para o primeiro trimestre de 96 essa regulamentação.

- A experiência internacional tem-nos relatado que a

regulamentação é o ponto crucial da transição do regime de monopólio para o sistema aberto ao capital privado - assinalou. Esse projeto de regulamentação irá substituir o atual Código Brasileiro de Telecomunicações.

O pacote anunciado há poucos dias pelo Ministério das Comunicações atende basicamente à telefonia celular, TV por assinatura e



Francelino Pereira

transmissão de dados. No entanto, conforme Francelino Pereira, continua lamentável a oferta de telefones comuns, que servem à população mais pobre. "É incômoda nossa situação. São 14,1 milhões de telefones para 156 milhões de habitantes. Somos lanterna entre as economias parecidas com a do Brasil. São apenas 9 telefones para cada grupo de 100 habitantes", lamentou.

Júlio Campos destaca contribuição da UFMT para o desenvolvimento da pesquisa

O senador Júlio Campos (PFL-MT) destacou ontem, em plenário, os 25 anos de fundação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a qual, segundo o parlamentar, apesar da crise econômica enfrentada pelo Brasil nos últimos anos, conseguiu crescer e tornar-se uma das instituições de ensino superior mais respeitadas do país.

- Mesmo distante do centro de decisões do país, a UFMT está cumprindo eficazmente sua missão nas áreas de ensino, pesquisa e cultura, para equacionar as questões amazônicas e do Centro-Oeste, contribuindo assim para o desenvolvimento do Brasil - afirmou Júlio Campos. Embora às voltas com falta de recursos, a Universidade Federal de Mato Grosso, de acordo com o senador, trabalha para colocar o país em condições de enfrentar as



Júlio Campos

transformações vividas pelo mundo, ampliando sua experiência para o interior do estado.

Júlio Campos louvou a iniciativa do então presidente da República, Emílio Médici, e do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, que optaram por instalar essa universidade em Cuiabá, e não em Campo Grande, e disse esperar que o atual governo também dedique atenção à instituição.

- Mato Grosso lutou com muita garra para criar sua universidade, e nós lutamos juntos, reivindicando ao presidente Médici e ao ministro Jarbas Passarinho para que tornassem realidade um projeto que já estava em andamento desde o governo Costa e Silva - contou o senador.

Campos reverenciou também a memória de Filinto Müller, que ao lado do então senador Vicente Bezerra Neto e do ex-deputado José Garcia Neto

foram incansáveis na luta para que Mato Grosso tivesse sua universidade. Ele homenageou ainda o ex-reitor Gabriel Novis Neves, assim como os vários professores que, servindo àquela instituição de ensino superior, deram-lhe um perfil de respeitabilidade. Campos foi apartado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), que salientou tratar-se a UFMT de uma das melhores universidades do país.

TV SENADO



Assista ao *Jornal do Senado* na Rede Vida

TVA - canal 34

NET - canal 40

De segunda a sexta, às 15h50

Uma produção da Central de Vídeo do Senado Federal

Simon defende José Gregori para a presidência do Incra

Senador diz que se trata de garantir a continuidade das mais importantes iniciativas para execução da reforma agrária

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) confessou ontem sua simpatia pelo nome do autor da Lei dos Desaparecidos, José Gregori - atualmente secretário executivo do Ministério da Justiça -, para a presidência do Incra. O senador afirmou também que o presidente Fernando Henrique Cardoso está certo em avocar a si a decisão sobre quem será o sucessor de Francisco Graziano.

Trata-se, segundo Simon, de garantir a continuidade das duas mais importantes decisões tomadas pelo governo no âmbito da reforma agrária: a concordância das Forças Armadas em ceder uma parte das terras



Pedro Simon

sobre as quais detêm o uso; e a aprovação de projeto de lei complementar, de iniciativa do Executivo e em tramitação no Congresso, que obriga a Justiça à concessão imediata de posse das terras desapropriadas

pelo Incra.

Simon também defendeu o projeto do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) estabelecendo que pelo menos 1/4 da área da propriedade rural deve ser produtiva. Jefferson Peres (PSDB-AM), por sua vez, adiantou que a proposta de Darcy deve sofrer adaptações: no caso da Amazônia, ela seria um incentivo à derrubada e à queimada de florestas. Já Edison Lobão (PFL-MA) observou que a posse da terra representa apenas 10% no processo de reforma agrária, que exige também a implantação de escolas, postos de saúde, eletrificação, estradas vicinais e assistência técnica.

ACM anuncia representação contra o BC

O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) revelou ontem, em entrevista, que apresentaria dentro de 24 horas ao Ministério Público, por intermédio da Procuradoria da República, representação contra diretores do Banco Central, mas se recusou a citar, pela imprensa, os fatos em que se baseará sua argumentação.



Antonio Carlos

O parlamentar negou ter preparado dossiê, mas disse que os fatos a serem apresentados não são bons e serão relatados para que o procurador da República apure. "No regime democrático, é o Procurador quem apura. Espero que ele promova as investigações necessárias com base nos fatos que vou apresentar", declarou.

ACM esclareceu que não vai tratar de vazamento de informações, por considerar o fato de tal modo secundário e irrelevante que mandou publicar em todos os jornais da Bahia a lista de doações que teria sido encontrada na chamada "pasta cor-de-rosa".

Para o senador baiano, os diretores do Banco Central deveriam se preocupar é "em cuidar dos problemas econômicos do País e se preocuparem com os gastos em relação ao sistema financeiro depois da intervenção do Econômico."

Valmir conclama Senado a apoiar a campanha da OAB contra violência

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) congratulou a Ordem dos Advogados do Brasil, pelo lançamento nacional da campanha "Cidadania e Justiça", destinada a reforçar a luta contra a violência e a impunidade no Brasil. Valmir conclamou o Senado a apoiar a campanha promovida pela OAB, "em mais essa luta pela ampliação dos direitos sociais e pelo bem-estar do povo brasileiro".

Lembrando que a OAB tem uma tradição de defesa dos interesses do povo bra-

sileiro, o senador disse que essa campanha constitui um dos movimentos mais importantes da história recente do país. Valmir Campelo destacou que, no mesmo dia em que o povo do Rio de Janeiro realizou a "Marcha da Cidadania pela Paz", a OAB promoveu em Brasília uma teleconferência em que discutiu com juristas, políticos, jornalistas e lideranças da sociedade civil a criminalidade e os

meios de combatê-la.

Valmir também informou que a campanha da OAB coloca em



Valmir Campelo

debate a reforma do Poder Judiciário, assim como a necessidade de torná-lo mais eficaz e acessível ao cidadão comum. Em sua opinião, o controle externo do Judiciário é uma providência importante, que merece ser discutida, mas deve ser precedida de algo mais substantivo - a reestruturação e a revitalização da Justiça.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Soraia do Carmo ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.